

Publication status: Not informed by the submitting author

BETWEEN STONES, PATHWAYS AND POETRY: AGENTS'
TENSIONS IN THE TERRITORIAL GOVERNANCE PROCESS IN
CARIRI PARAIBANO

Flavio Antonio Santos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6929>

Submitted on: 2023-09-18

Posted on: 2023-09-24 (version 1)

(YYYY-MM-DD)

ENTRE PEDRAS, VEREDAS E POESIAS: TENSIONAMENTOS DOS AGENTES NO PROCESSO DE GOVERNANÇA TERRITORIAL NO CARIRI PARAIBANO

FLÁVIO ANTONIO SANTOS

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6359-3468>

EMAIL: flaviosantos.art@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB, Brasil.

RESUMO: O território do Cariri Paraibano como campo de relações e disputas, se expressa através de elementos de ordem produtiva, natural, social, humana e criativa, cuja governança para o desenvolvimento revela a necessidade de compreensão do papel dos seus agentes. As iniciativas para o desenvolvimento socioeconômico do território partiram, no primeiro momento, do resgate de potencialidades vinculadas à cadeia produtiva da ovinocaprinopecuária. No entanto, o território apresenta outras matrizes no campo da criatividade e do patrimônio histórico, paisagístico e das condições climáticas, que nos últimos anos, têm buscado reclassificação interna através da formação de redes, a fim de comunicar as expressões do território no campo da chamada economia criativa e do turismo. Esses interstícios têm revelado desafios nos modos de disposição dos recursos, expondo os modelos de produção mais aos moldes da economia de acumulação e menos na expressão do valor global dos recursos locais, trazendo possibilidades de reflexão dos modelos de governança territorial em curso no Brasil, nos limites da relação entre os agentes estatais e privados e seus respectivos interesses.

Palavras-chave: Território. Desenvolvimento. Redes. Recursos Criativos.

BETWEEN STONES, PATHWAYS AND POETRY: AGENTS' TENSIONS IN THE TERRITORIAL GOVERNANCE PROCESS IN CARIRI PARAIBANO

ABSTRACT: The territory of Cariri Paraibano, as a field of relations and disputes, is expressed through elements of productive, natural, social, human, and creative order, whose governance for development reveals the need to understand the role of its agents. Initiatives for the socio-economic development of the territory initially stemmed from the rescue of potentials linked to the production chain of ovine and caprine farming. However, the territory presents other matrices in the field of creativity and historical, landscape, and climatic heritage, which in recent years have sought internal reclassification through the formation of networks to communicate the expressions of the territory in the field of the so-called creative economy and tourism. These interstices have revealed challenges in the ways resources are deployed, exposing production models more in line with the accumulation economy and less in the expression of the overall value of local resources, bringing possibilities for reflection on territorial governance models currently underway in Brazil, within the bounds of the relationship between state and private agents and their respective interests.

Keywords: Territory. Development. Networks. Creative Resources.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca reunir um conjunto de informações de estudos pretéritos no campo acadêmico entre os anos de 2006 e 2019 tendo como mote o reconhecimento dos modos de operacionalização nos territórios das estratégias de governança territorial, tanto a partir de levantamentos de produção teórica nesse campo, através do uso de descritores nas plataformas de circulação de estudos em nível de pós graduação (governança territorial; desenvolvimento territorial; cariri paraibano; renda renascença; turismo), quanto da reflexão dos tensionamentos dos agentes em um processo de governança em curso.

Para tanto, procedeu-se ao levantamento de estudos a partir do repositório de teses e dissertações da CAPES, de onde se registram pelo menos 10 estudos no território do Cariri Paraibano com essas temáticas no intervalo de tempo citado. A maior parte dos estudos, se concentram na descrição do processo de planejamento estratégico do Pacto Novo Cariri e na aplicação de conceitos teóricos de capitais, de modo a legitimar as potencialidades locais. Outros estudos no campo da administração, estética e do design que buscam registrar o ofício da produção da renda renascença e da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, com estudos de caso, a exemplo da cidade de Cabaceiras, como local de confluência turística a partir do *storytelling* e das estratégias de marketing territorial e da cidade de Monteiro, ambas no Estado da Paraíba, que supostamente conseguem a partir de um conjunto de sinergias, capitalizar elementos da identidade cultural materializadas e simbolizadas no artesanato e na produção alimentar, a partir dos recursos e ativos do território.

Outro movimento se dá no presente, quanto à reflexão dos tensionamentos dos agentes em um processo de governança em curso, principalmente sinalizando para a entrada de agentes exógenos na gestão compartilhada do território e da diversificação de estratégias de (re)produção territorial. O principal ponto é o do reconhecimento de uma estratégia de governança demarcada a partir dos agentes governamentais e não governamentais, com limitações e desafios no aspecto da ação coletiva, impulsionada pela atuação de agências de desenvolvimento na disposição desses territórios para o mercado. Outra questão que surge como ponto de reflexão é quanto às características desse processo no contexto da região do Cariri Paraibano, quanto ao nível de engajamento dos agentes e das relações de interesses e disputas que demarcam hierarquias.

2 GESTÃO COMPARTILHADA DO TERRITÓRIO NO CARIRI PARAIBANO

2.1 (Des) caminhos da governança territorial

A abordagem territorial do desenvolvimento é demarcada no Brasil fruto dos debates que ocorreram nas últimas décadas do Século XX, principalmente na Europa, e no caso brasileiro, a partir de 1990, que tinham como ponto de convergência “as transformações recentes do meio rural e das relações deste com o meio urbano” (DALLABRIDA, 2017, p. 133). Nesse sentido, novas abordagens metodológicas passam a se fazer necessárias a fim de compreender as variáveis que surgem no sentido de superação da visão dualista e polarizadora, reconhecendo matizes e aspectos socioculturais como elementos fundamentais do desenvolvimento local (CARNEIRO, 2012).

No contexto microrregional em análise, o que representa esse momento, capitaneado principalmente pelas agências de desenvolvimento como o SEBRAE em articulação com as instâncias de governos (municípios e estados), é a adesão a acordos de articulação dos recursos locais e disseminação de uma “nova” visão territorial. O Pacto Novo Cariri iniciado na década de 2000 tinha como propósito possibilitar a organização produtiva, o capital humano, a inteligência do território, a descoberta de vocações e desenvolvimento da consciência dos recursos junto aos agentes.

Os desdobramentos dessa ação se tornam mais visíveis uma década depois, em alguns municípios, a exemplo de Monteiro e Cabaceiras, de onde emergiu o interesse de alguns grupos em torno dos recursos locais (aspectos paisagísticos, históricos, artísticos) e de desenvolvimento ou revitalização de culturas produtivas mais adaptadas às condições climáticas e ambientais locais, a exemplo da ovinocaprinocultura e de apropriação de narrativas cujas expressões se materializam nos modos de vida e práticas culturais.

Na perspectiva dos mediadores do desenvolvimento local, o enredo desse modelo de governança que começa como um projeto, pretendia se constituir em um movimento orgânico, “mais que um projeto, uma nova vida”. Teve um impulso por parte do Estado a partir da estratégia de inclusão da produção local nas compras governamentais, na implementação das usinas de produção e beneficiamento de laticínio, na mercadorização do artesanato e na chamada “geração de valor” para os produtos e fazeres locais. Essa noção de “valor” está vinculada diretamente aos recursos locais e a identidade territorial transformada em ativos econômicos (RUSCHEL, 2019).

Por outro lado, por parte da União, as políticas territoriais se encaminham para o desenvolvimento regional, através do Programa Territórios de Cidadania (2008), como uma política pública de estímulo aos territórios cujo objetivo central era

Promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contemple: i) a integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; ii) ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais; valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações (BRASIL, 2008).

De acordo com Caniello e Piraux (2019) essa ação impulsionadora do desenvolvimento dos territórios é desmontada por conta do projeto de centralização política a partir de 2016, pelo *modus operandi* do desmonte de políticas de participação popular, pós *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (2016) já na gestão de Michel Temer, que praticamente descontinuam as ações do PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

As ações estratégicas em grande medida demandam a participação dos representantes políticos, muitos deles diretamente beneficiados, os quais passam justamente a concentrar poder de barganha nos territórios e de capitalização de interesses em projetos de poder político regional, através das emendas parlamentares e por parte do Governo do Estado, do redirecionamento de ações estratégicas de interiorização dos roteiros turísticos, por exemplo, através do Programa “Paraíba: muito mais que sol e mar” no ano de 2020.

Esse movimento de “retorno” por parte dos agentes governamentais, das agências de desenvolvimento e de incursão por entre as “pedras, veredas e poesias” no Cariri Paraibano, contou com a participação de alguns prefeitos, secretários municipais, lideranças locais e programas de capacitação de lideranças, no contexto pós pandemia, onde possivelmente os capitais ali circulantes nas suas diversas configurações tais como o econômico e o simbólico (CATANI, et al, 2017), precisam ser reafirmados do ponto de vista de conexão com os territórios e conseqüentemente das bases políticas e da indissociada relação Estado-Capital, explicitada na obra de Karl Marx “O Capital: crítica da economia política” (2013). Em outras palavras, a expectativa dos gestores municipais se dá mais no sentido de expectativas em torno da incrementação das receitas municipais e manejo de capitais diversos, do que na crença efetiva do poder de elevação dos recursos locais à categoria de ativos.

Isso se explica pela desmobilização na maioria das cidades e as justificativas de falta de recursos financeiros para investimento nos territórios, agravado em contexto de instabilidade das receitas, a exemplo das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), alegado pelos gestores como impeditivos para o investimento em atividades, que justamente poderiam a curto e médio prazo gerar participação para os referidos municípios. Entre os motivos alegados e a variável de custo político na iminência das eleições municipais, possivelmente esses fatores corroboram para explicar o ritmo e o controle exercido por parte dos agentes públicos da governança, quanto ao que é e o que não é prioridade. E nesse sentido, estimular a participação social e o desenvolvimento territorial pode não representar apostas coerentes dos gestores no contexto de ação política que tem como viés a concentração de poder.

No entanto, em 2021 os municípios já haviam aderido a uma proposta de formalização junto aos agentes locais, do Fórum de Turismo e Cultura do Cariri Paraibano (FORTURC) que reúne representantes dos 11 municípios dele integrantes, tendo como produto a Rota Cariri Cultural que nos seus momentos de reconhecimento e legitimação pelos agentes técnicos, investidores e representantes, foram marcados por eventos públicos, uma espécie de marcha, um ritual dos agentes da governança local sobre os lajedos, os sítios arqueológicos, as fazendas, os fazeres das populações locais como o artesanato, a poesia popular, a gastronomia, etc. Mais recentemente a especificação de outro produto no ano de 2022 intitulado “Aventuras nas Serras”, tem como recorte a estruturação de experiências de turismo de aventuras, de imersões locais e trilhas, transformando em ativos, o que são recursos ali presentes desde as épocas mais remotas, como os sítios arqueológicos, que só então passam a ser reconhecidos como elementos potencialmente indutores de dinâmicas de geração de fluxos de capitais.

Um dos problemas já emergentes na exploração desses recursos, consiste justamente no aspecto privado dos espaços onde há formações geológicas históricas e de registro da presença de povos primitivos. Muitos desses locais estão degradados, ameaçados quando a preservação das pinturas rupestres, por exemplo, sem que até então nenhuma ação pública em forma de política de preservação tenha sido objeto da ação governamental ou das demais instâncias de governança local, nem tampouco objeto de políticas de preservação patrimonial. Na perspectiva dos gestores o não enfrentamento dessas questões se justifica pelo custo político no território, mediante as características de relações de poder ali instaurado, conforme apontou Silva (2006) permeada por relações de dominação, aspectos que discutiremos nos tópicos seguintes.

2.2 Gestão compartilhada como premissa da organização territorial

A gestão compartilhada como premissa da organização territorial, analisada no contexto da região do Cariri Paraibano por Ferreira (2006), revelou que há grandes desafios no envolvimento da sociedade civil, que venham a consolidar processos de “autonomia, sustentabilidade e participação” (p. 99). Nesse sentido, destaca a participação dos agentes locais e das associações, bem como das agências de desenvolvimento, apontando alguns vetores como a ovinocaprinocultura e o turismo, bem como as atividades a ele associadas, a exemplo do artesanato, das expressões musicais e poéticas e da gastronomia. No entanto, essas atividades ainda incipientes, não podem ser generalizadas, havendo a necessidade de distinguirmos entre ativos e recursos, uma vez que a presença de recursos abundantes e não explorados na região, não significam que são atividades econômicas sustentáveis já exploradas no território.

Para alcançar algum grau de homogeneidade no desenvolvimento local - se é que isso é possível - Ferreira (2006) aponta além do engajamento das lideranças políticas, o envolvimento da população e o estímulo à cultura da cooperação, aspectos que estão diretamente vinculados às relações de poder e dominação. Tais relações, surgem como elementos centrais no processo de manutenção das desigualdades, no entendimento de uma região que embora carregue marcadores territoriais semelhantes como aspectos da natureza e da cultura, segundo Silva (2006) ainda se apresentava no aspecto de gestão do território e da fragmentação, permeada por “relações de dominação e práticas políticas dos ‘donos do poder’ (agentes políticos e empresariais “donos dos territórios”, grifo nosso) que criam um “ambiente pouco propício para a participação ativa da população na gestão territorial” (p. 247).

Essas condições, se dão na perspectiva apontada por Rosas e Cândido (2008), tomando como base a análise do capital social como instrumento de viabilização do desenvolvimento territorial sustentável no Cariri Paraibano, levando em conta “as heranças históricas, a pouca formação política e social” a formação precarizada de campos de atuação e a dificuldade de formas de gestão mais flexíveis, além da concentração de capital privado, “a partir da experimentação de diversas parcerias e formas de participação interinstitucionais” (p.78).

Nesse mesmo caminho, o que é alegado como elemento fundamental da organização do território, convergindo para “novas” práticas de governança como as associações comunitárias e de

produtores e outros segmentos do campo, na perspectiva apontada por Menezes (2014), são desde a sua origem, eivadas de enviesamentos na relação entre os mediadores sociais (líderes das associações rurais) e as elites políticas, o que limita a participação efetiva dos associados nas decisões, constituindo o que autor chama de “politicagem”, para se referir ao caráter utilitário pessoal ou de grupos específicos do que é objeto de política pública e ação coletiva pelos agentes políticos e seus interesses.

Destaca-se nesse contexto, o papel do Estado como agente fundamental no fortalecimento das cadeias produtivas, voltadas a esses setores privilegiados na materialização dos recursos em ativos do território, conforme aponta Moura (2010), tomando como elemento de análise o Programa Leite da Paraíba como propulsor da elevação da região do Cariri Paraibano à maior região produtora de leite de cabra do Brasil. Nesse mesmo paradigma, a atividade turística apontada por Sousa (2011) e por Sales (2012), reforçados pelos elementos simbólicos e socioculturais, aparecem como potencialidades e em alguns casos como da cidade de Cabaceiras, como ativo importante de suas atividades econômicas, com destacada função exercida pelas produções cinematográficas e da dramaturgia nacional, na comunicação das singularidades do território, não apenas nos aspectos paisagísticos, mas fundamentalmente de seus imaginários e da economia criativa¹.

Oliveira (2013, p.143) reitera que o Pacto Novo Cariri tinha como objetivos principais a reestruturação dos modelos produtivos do território e o fomento da participação dos agentes envolvidos, no entanto o autor registra que essas ações mais visíveis ocorreram em escala concentrada nos municípios de Cabaceiras e Monteiro, visto que os representantes utilizaram o poder discursivo desse novo instrumento de governança para fins e objetivos políticos individuais. Desses dois municípios emergem as potencialidades mais expressivas, sendo a atividade turística e de beneficiamento do couro na cidade de Cabaceiras e o artesanato de Renda Renascença e ovinocaprinocultura no município de Monteiro. No entanto, essas vocações exploradas hegemonicamente por esses dois municípios podem ser encontradas em forma de recursos (os lajedos, os sítios arqueológicos, as rendeiras, os poetas e artistas da música, a criação de cabras, etc), em praticamente todos os municípios do Cariri Paraibano.

Conforme ressalta Leite (2015), o turismo desenvolvido no município de Cabaceiras surge como uma alternativa para o desenvolvimento endógeno, mas traz alguns aspectos que apontam para

¹ Na perspectiva dos processos de transmutação do capitalismo, Lipovetsky e Serroy (2015) se referem ao “capitalismo artista”, argumentando que o capitalismo contemporâneo se vale da estética e diferenciação pela experiência, transformando as expressões criativas em mercadoria, incorporadas ao processo de produção e consumo.

uma fase “estacionária” desse processo, embora os agentes destacam a melhoria na qualidade de vida e a valorização cultural e fortalecimento de cadeias produtivas, muito se espera de agentes externos e do poder público e transferência de responsabilidades aos agentes institucionais.

Em relação ao outro ativo de grande expressão – a renda renascença – presente em praticamente todos os municípios do Cariri Paraibano, mais fortemente em Monteiro, Camalaú, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê e São João do Tigre, Moraes (2018) e Silva (2019) problematizam a secundarização do processo produtivo em renovação por demandas de grandes estilistas e agentes externos do mercado, bem como o surgimento de um enredo que vincula diretamente essa atividade à moda, à cultura e ao desenvolvimento.

Moraes (2018) destaca que as intervenções tanto nos aspectos do *design* e da cultura empreendedora como estratégias de inserção competitiva do artesanato no mercado nacional e internacional, bem como as etapas do processo de Indicação Geográfica (IG) pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no ano de 2013, “foram conduzidos por agentes interventores, relegando as rendeiras a uma posição secundária”, deslocando o que era “uma atividade comum no contexto das famílias pobres, para um produto de consumo de alto valor simbólico” (MORAES, 2018, p. 270).

Mediante a regulamentação de processos e da preservação de formas de fazer, assegurando padrões a uma atividade em transformação, no contexto das rápidas relações do mundo globalizado, do encurtamento de distâncias e da representação que esse produto passa a assumir, Silva (2019) revela o que chama de um “impasse”, ou seja, “atender aos desejos do mercado que já diz o que quer e como quer; ou tentar atrair uma clientela que consiga perceber na renda mais que um artesanato de “luxo”, e sim, um luxo por expressar a partir da arte do seu saber fazer a identidade de um povo, sua cultura regional?” (SILVA, 2019, p. 123). Esse impasse revelado pela autora, é problematizado também por Ruschel (2019), quando se refere às formas de elevação dos produtos locais à categoria de produtos globais, mediante a comunicação de valor dos produtos territoriais.

Na visão de Ruschel (2019), os produtos de origem territorial devem essencialmente comunicar o território e os processos socioculturais das práticas que a tornam singular. Ao recorrer ao que Lipovetsky (2015) chama de “capitalismo artista” que é a elevação dos aspectos criativos e do *design* à categoria de distintivos das marcas, sem efetivamente comunicar os processos e as contradições, “apaga-se a mão que produz”, confirma-se a fetichização dos produtos que por seu valor

elevado, passam a cumprir funções simbólicas e de distinção social para quem os consome, mas não para quem os produz.

2.3 Agentes da produção e da governança: Veredas paralelas

O momento atual do processo de governança territorial no contexto em análise tem sido marcado pela participação de agentes públicos (prefeitos e secretários de cultura e turismo) e pela formação de redes empreendedoras, com representantes dos municípios, empresários do setor, instituições públicas governamentais e através do Fórum de Turismo e Cultura do Cariri Paraibano (FORTURC) e da Associação dos Municípios do Cariri Paraibano (AMCAP). Na visão dos participantes, nenhum movimento funciona sem uma liderança institucional forte. Nesse sentido, o SEBRAE tem encenado um posicionamento como plataforma que organiza os potenciais de desenvolvimento, buscando estabelecer ações junto aos empreendedores, na tentativa de partilhar a governança de modo mais proativo pelos demais agentes. Uma das ações em curso, que se coaduna à abertura de mercados dos produtos do território em escala macro é a implementação dos selos municipais de segurança alimentar em cada município, a fim de que estes possam, a partir da caprinocultura e dos produtos da agricultura orgânica, acessar o suprimento de políticas de segurança alimentar e mercados externos com esses produtos.

Na expectativa de alguns agentes institucionais, essas cadeias vão se fortalecendo e afirmando o território. Quanto aos destaques dos municípios que escalam e exponencializam esses ativos, a justificativa de parte desses agentes, é que os mesmos abraçaram as vocações dos territórios, justificando a prevalência dos municípios de Monteiro com a renda renascença e a caprinocultura e Cabaceiras com o turismo, a caprinocultura e beneficiamento do couro. Nesses municípios o que tem havido ultimamente é o entendimento da continuidade dessas ações e o redesenho dessas vocações como política pública e segundo os agentes locais, há o discurso de que partidizarizar atrapalha os interesses de mercado e que tem despontado uma nova consciência dos gestores.

Por parte do agente mediador específico – SEBRAE - há o entendimento de que o que sustenta um território são os empreendedores e a capacidade de elevar à categoria de ativos, os recursos subutilizados ou sequer explorados. Essa crença é reforçada pela questão da elevação do recurso da caprinocultura à categoria de ativo do território quando foram enfrentados aspectos

socioculturais em torno das práticas locais que antes eram apenas de outras modalidades de criação menos propícias as condições climáticas e disposição de recursos alimentares e da escassez de água. Esse fato nos remete aos aspectos exemplificados por Sahlins (2003) acerca dos tabus de determinadas espécies de animais na sociedade ocidental, e “que é justamente em uma crise onde essas contradições se revelam” (p. 172). Não havia há cerca de duas décadas o consumo de leite de cabra de forma expressiva na região, sendo justamente a necessidade de elevar esse recurso - uma espécie plenamente adaptada ao ecossistema local - ao status de matriz produtiva, melhoramento genético, práticas de higiene, manejo e diferenciação de produtos a fim de se construir em uma alternativa de desenvolvimento local, ao menos para uma parcela dos produtores e agricultores familiares.

Outro aspecto também recente, se deu na relação dos produtores locais de artesanato com a criação do Centro de Referência em Renda Renascença do Estado da Paraíba, uma ação por parte do Estado, que tem adotado como estratégia a realização de “expedições” capitaneadas por estilistas influenciadores de pessoas de alto poder aquisitivo, jornalistas, empresariado do setor têxtil e criativo (moda, design e cultura digital). Nessas imersões, os participantes vivenciam experiências nos territórios e ao mesmo tempo cumprem uma função na estratégia de mercadorização daquilo que singulariza o território: as dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais presentes nessa produção. Todo esse movimento, a análise sociológica desse fenômeno induzido, motivado e contextualizado amplamente na relação do capitalismo com a apropriação das formas e forças criativas, nos remete ao modo de estabelecimento de trilhas para o desenvolvimento local, amplamente inspiradas no modelo de governança, que privilegia determinados capitais em detrimento de outros e revela tensões, contradições e seleção de direcionamentos e agentes prioritários. Dallabrida (2017, p. 146) destaca que a identidade territorial é o elemento que diferencia esses espaços, perpassando aspectos físicos, sociais, culturais e econômicos e se constitui no patrimônio territorial.

É possível ainda pensar a partir da constatação de patrimônio territorial, justamente o oposto, ou seja, a desterritorialização. No contexto de identidades múltiplas, morfologias dos territórios, digitalização e transformação das experiências de consumo pela criatividade (economia criativa ou capitalismo artista), Deleuze e Guattari (1995) nos empresta a perspectiva de interpretação dessas morfologias a partir do regime de signos e da desterritorialização. No caso específico de marcas de artesanato, cuja matriz de produção são os territórios, mas os pontos de distribuição e de geração de

valor estão fora dele, como marcas “glocais²” cujas estratégias de design de produto e marketing com base em signos locais (mandacaru, cangaço, bode, sol, natureza, etc), porém o acesso ao consumo desses produtos é feito fora do território, rompendo os limites físicos, mediante a fluidez dessas fronteiras, cujas explicações se dão tanto no campo da comunicação, quanto da recomposição desses novos espaços mais suscetíveis às mudanças, criando novas formas de controle e exploração.

Na literatura correlata aos processos de identidade territorial, Haesbaert (2007) refere-se a territorialização, como um processo de dominação e apropriação do espaço, por uma relação de forças, ao passo em que desterritorialização se refere a desapropriação provocada por agentes externos e a reterritorialização assume a dimensão de reconquista, de assentamento em novas configurações. Essa abordagem em grande medida contempla os fenômenos particulares da identidade territorial vinculada a uma unidade espacial, no entanto o território se constitui a partir de vários elementos socioculturais e espaciais e dinâmicas intersticiais e simbólicas.

2.4 A participação de agentes institucionais exógenos e os modos de fazer eurocêntricos

Uma análise das relações de cooperação internacional, não se constitui de modo algum finalidade desse registro, porém no sentido de compreender a atuação de sistemas de orientação política no contexto da economia capitalista e do conjunto de requisitos e práticas de órgãos transnacionais como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a entrada em cena de uma organização internacional pode auxiliar na compreensão dos processos de desenvolvimento em múltiplas escalas e como essas orientações são autorizadas pelos agentes institucionais nos territórios.

Recentemente se deu a assinatura de uma Carta de Intenções para a construção do Pacto Cariri Sustentável do Cariri Paraibano, na cidade de Monteiro-PB, tendo como signatários o governo municipal e outros órgãos como FETRAF, SINTRAF, SEBRAE, Secretaria da Cultura, Diaconia, Banco do Nordeste, COPERAVES, EMPAER, ACEPAC, Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Monteiro com representações de mais de 40 associações junto a Fundação IDH que se apresenta como “uma instituição que trabalha com produtores, empresas,

² No sentido de fusão entre o Global e o Local, conforme Castells (1999).

financiadores, governos e sociedade civil para promover o comércio sustentável nas cadeias de valor globais” (FUNDAÇÃO IDH, 2023).

Com sede na Holanda, essa organização desenvolve projetos em diversos países da América Latina, como Brasil, Colômbia, México, Peru, Suriname, Haiti, Equador; em países da África como Mali, Senegal e Benin e em países asiáticos como a Índia, Sri Lanka e Tailândia. As ações estratégicas são definidas nos escritórios centrais tanto no Reino Unido, quanto na Holanda e o produto que essas organizações “oferecem” aos países periféricos parece ser um modelo de governança “com foco na abordagem territorial Produzir, Preservar e Incluir (PPI)”.

Esse mesmo modelo é replicado a partir da carta de intenções proposta, para a construção de um pacto que visa o desenvolvimento do território do Cariri sob três pilares – Produção, Proteção e Inclusão, com uma “estratégia para o desenvolvimento de uma economia solidária e produtiva, fomentando a conservação e aumentando a produção sustentável dos pequenos produtores, incentivando a conexão com mercado públicos e privados e promovendo ações de resiliência climática” (FUNDAÇÃO IDH, 2023).

Traz como metas nesses pilares um conjunto de ações que pouco diferem dos processos que podem executados em alguma medida, tanto por políticas públicas quanto pelos agentes locais, como o desenvolvimento de cadeias produtivas da caprinocultura e bovinocultura, com base no aproveitamento de carne, leite e derivados; introdução de outras matrizes produtivas como da avicultura, produção de hortaliças, fomento às agroindústrias locais, fortalecimento da cadeia produtiva do algodão agroecológico, etc. Essas ações se coadunam pelo menos no que o plano apresenta a mecanismos e proposituras dos agentes do território e orientações de políticas de proteção como ações de preservação de plantas nativas e recomposição de áreas degradadas, regulação fundiária, programas de recuperação de áreas de preservação e estímulo ao uso de energias renováveis como eólica e solar, biodigestores e reuso da água.

Quanto à “inclusão” significa incluir jovens e mulheres nas decisões e mecanismos locais de governança como as associações, bem como nas políticas públicas. Outro aspecto diz respeito à atração de convênios nacionais e internacionais para o desenvolvimento de cadeias produtivas e estratégias de fortalecimento de peculiaridades no campo, como o Turismo Rural Sustentável e a valorização da Cultura e do Artesanato Regional.

A priori esse registro não se constitui em fazer nenhum juízo de valor acerca das metas propostas na Carta de Intenções, cujo prazo de execução é para os próximos cinco anos, mas para registrar que essas metas propostas são fruto de uma construção coletiva de um modelo de governança que após décadas vai sendo atualizado e que a entrada em cena de um agente empresarial, que traz a gestão do território como modelo de negócio, parece ser um fato novo e certamente causa estranheza tanto das particularidades do território, dos processos e tensões nele vivenciados, quanto a própria compreensão do que está sendo chamado de território nessa operação.

2.5 A ambição da produção de métricas para o desenvolvimento

O protagonismo de alguns agentes institucionais no processo de governança territorial do contexto em estudo tem apontado para a expectativa de produção de “métricas” que possam apontar e justificar suas ações e investimentos no território. Essa expectativa se expressa de modo mais contundente pelas agências de desenvolvimento, na busca pelo que chamam de forma ambiciosa de “equação de desenvolvimento do território” na tentativa de descrever o crescimento e a evolução de uma determinada região ao longo do tempo, obviamente derivada de uma visão gerencial e positivista, tomando como referência diversos fatores, como indicadores socioeconômicos, demográficos, ambientais e culturais. No entanto, não existe uma abordagem universalmente aceita para esse fim, uma vez que cada território possui suas particularidades.

Dallabrida (2017, p. 157-158) chega a apontar a governança territorial como método para a gestão do território, tomando como base princípios orientadores para a avaliação das práticas de intervenção territorial. Na dimensão dos atores, o autor aponta os princípios de subsidiariedade - como repartição das atribuições e competências entre as lideranças no sentido horizontal e vertical; racionalidade - referente aos níveis de relações entre os agentes; liderança - quanto ao caráter de centralização e descentralização; protagonismo - participação dos agentes da sociedade civil, empresariado e quanto a resiliência, princípio que avalia a resistência dos atores e instituições diante das mudanças.

Na dimensão da tomada de decisões, o autor descreve princípios como representatividade, ancoragem democrática, cooperação, transparência, reflexividade e governabilidade como elementos que avaliam como os diversos grupos estão ali representados; como ocorre a tomada de decisões;

como se faz a gestão de conflitos; como se comunica e explicitam essas decisões; quais mecanismo de supervisão e de fiscalização estão sendo adotados; qual a capacidade de refletir e avaliar rotinas, processos e resultados e por último, como esses atores lidam com a necessidade de governar em rede.

Quanto à dimensão da coordenação de políticas, elege-se como elementos de avaliação os princípios de descentralização, integração horizontal e vertical e eficácia das políticas. Esses princípios se referem a supervisão quanto à execução de políticas de relevância para o território, a integração sistêmica que gere impactos sobre os problemas e questões coletivas e o equilíbrio entre as prerrogativas dos agentes estatais e da sociedade civil.

Na dimensão dos resultados do processo de governança, Dallabrida (2017) destaca a importância dessas ações contemplarem a pluralidade do território, do compartilhamento de objetivos e metas, da aprendizagem coletiva e da compreensão do território como referência, levando em conta a multiescalaridade dos processos e da gestão integrada, com melhoria na coesão social, com foco no desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão compartilhada no contexto em estudo é uma experiência vivenciada no território do Cariri Paraibano, que embora se caracterize como um processo de mais de duas décadas, traz elementos novos como a gestão territorial mediada por agentes exógenos, sem que as tensões internas e o protagonismo dos agentes tivessem sido afirmados. O protagonismo das agências indutoras do desenvolvimento, pela via do mercado por um lado representa um conjunto de interesses claros, alinhados às práticas e estratégias do sistema econômico capitalista, que ao mesmo tempo em que desterritorializa faz emergir outras possibilidades de expressão/reconfiguração do território.

A convivência de processos de governança descentralizados e que requer no contexto da democracia o agenciamento para a tomada de decisões, confronta-se com estratégias de manutenção de poder dos “donos do território”, sem que os mecanismos que possibilitem a sua reconfiguração estejam acessíveis, ao contrário. São esses mesmos grupos que capitalizam essas “potencialidades” sob a forma de capital político, haja vista a denotada concorrência entre os próprios municípios e a aposta do território em determinadas culturas ou atividades, transformando-as em ativos e desprezo por outros recursos.

As ressalvas quanto à qualquer inferência de análise se dá *stricto sensu* quanto ao caráter incipiente do estudo empírico, porém buscando salvaguardas teóricas em trajetórias de outros estudos já referendados no campo acadêmico e na abordagem reflexiva dos modelos de governança e tomada de decisões, em contextos potencialmente conservadores, com tempos de transformação e de resiliência diversificados e com limitados repertórios de experiências de empoderamento, participação social e consciência política no âmbito coletivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**: Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2008/decreto-40117-25-fevereiro-2008-571946-publicacaooriginal-95077-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

CARNEIRO, Maria José (org). **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2012.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes et al. **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do Desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: CRV, 2017.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos tendo a indicação geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FERREIRA, M. R. L. **Gestão compartilhada e cidadania**: Um estudo da Experiência do “Pacto do Novo Cariri”. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

FUNDAÇÃO IDH BRASIL. **Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte avançam na definição de estratégias de desenvolvimento sustentável para o sertão da Caatinga**. Semiárido, 2023. Disponível em: <https://idhlatam.com/paraiba-pernambuco-e-rio-grande-do-norte-avancam-na-definicao-de-estrategias-de-desenvolvimento-sustentavel-para-o-sertao-da-caatinga/> acesso em 16 set. 2023

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LEITE, P. de L. **Turismo e qualidade de vida no cariri paraibano**: Uma região em busca do desenvolvimento. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. Editora Companhia das Letras, 2015.

MENEZES, Valdênio Freitas. **Associativismo e caprinocultura: políticas públicas e "politicagem" no cariri paraibano**. 2014. 125f. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2014.

MORAES, Carla Gisele Macedo. **Renascença extraordinária**: dinâmica social e produtiva em transformação no Cariri Paraibano. Tese (doutorado). UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2018.

MOURA, Carlos Fernando Lapenda de. **Impactos do Programa do Leite da Paraíba e do Pacto Novo Cariri sobre a caprinocultura leiteira do município de Cabaceiras - PB** 118 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

OLIVEIRA, Petrucio Clécio Alves de. **Reestruturações territoriais e novas territorialidades no Cariri Paraibano: reflexões a partir do Pacto Novo Cariri**. Dissertação (mestrado). UFPB. João Pessoa, 2013.

PIRAUX, M. .; CANIELLO, M. . Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 359–379, 2019. DOI: 10.37370/raizes.2019.v39.115. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/115>. Acesso em: 16 set. 2023.

ROSAS, Isabela Assis Guedes; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento regional: estudo de caso no Cariri Paraibano. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 2, 2008.

RUSCHEL, Rogério Raupp. **O valor Global do Produto Local**: a identidade territorial como estratégia de marketing. São Paulo: Editora SENAC, 2019.

SAHLINS, Marshall David. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

SALES, Josélio dos Santos. **A invenção de Cabaceiras como cidade turística a partir da cultura do bode e das produções cinematográficas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional - MDR/UEPB) Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande -PB: UEPB, 2012.

SILVA, Anieres Barbosa da. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território no semiárido nordestino**: um olhar sobre o Cariri Paraibano. 318 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UFRN, Natal (RN), 2006.

SILVA, Fabiana de Miranda. **A renda renascença na Paraíba:** enredos de cultura, moda e desenvolvimento. Dissertação (mestrado). PPGDR/UEPB. Campina Grande, 2019.

SOUSA, Luiz Gonzaga de. **Potencialidades locais, turismo e desenvolvimento local no Cariri paraibano.** Dissertação (mestrado). PPGDR/UEPB. Campina Grande, 2011.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) na condição de bolsista de doutorado.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Não houve contribuição de outros autores.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Doutorando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba; Bacharel em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba.

This preprint was submitted under the following conditions:

- The authors declare that they are aware that they are solely responsible for the content of the preprint and that the deposit in SciELO Preprints does not mean any commitment on the part of SciELO, except its preservation and dissemination.
- The authors declare that the necessary Terms of Free and Informed Consent of participants or patients in the research were obtained and are described in the manuscript, when applicable.
- The authors declare that the preparation of the manuscript followed the ethical norms of scientific communication.
- The authors declare that the data, applications, and other content underlying the manuscript are referenced.
- The deposited manuscript is in PDF format.
- The authors declare that the research that originated the manuscript followed good ethical practices and that the necessary approvals from research ethics committees, when applicable, are described in the manuscript.
- The authors declare that once a manuscript is posted on the SciELO Preprints server, it can only be taken down on request to the SciELO Preprints server Editorial Secretariat, who will post a retraction notice in its place.
- The authors agree that the approved manuscript will be made available under a [Creative Commons CC-BY](#) license.
- The submitting author declares that the contributions of all authors and conflict of interest statement are included explicitly and in specific sections of the manuscript.
- The authors declare that the manuscript was not deposited and/or previously made available on another preprint server or published by a journal.
- If the manuscript is being reviewed or being prepared for publishing but not yet published by a journal, the authors declare that they have received authorization from the journal to make this deposit.
- The submitting author declares that all authors of the manuscript agree with the submission to SciELO Preprints.